



1ª Atividade de Grupo – Estágio IV	
Sequência	Atividade
1	Trabalhista (PJ VI) – João Hagenbeck
Orientações Específicas	
<p>G, brasileira, portadora do CPF n. 1 e RG n. 2, residente e domiciliada na rua dos bobos n. 0, Brasília-DF, CEP 00000-000 lhe procurou no escritório aduzindo os seguintes fatos.</p> <p>Foi contratada em 1.7.2008 pelo Hospital Santa Lúcia para exercer a função de “chefe de relacionamento”.</p> <p>Em 2010 foi promovida a gerente de atendimento e em 2012, por determinação da coordenação foi transferida para o “MedGrupo Participações S/A na função de “Gerente de atendimento de Holding.</p> <p>Como houve alteração na composição societária das empresas para as quais trabalhou, a mesma foi coagida a aceitar a rescisão do vínculo celetista, tendo como contrapartida a assunção de maiores responsabilidades e remuneração.</p> <p>Apesar de ter sido denominada como diretora, a cliente ficava alheia à tomada de decisões, não participou de eleição e nem assinou ata de posse e também nunca participou dos resultados financeiros da empresa reclamada. Não tinha poder de gerência ou autonomia nas suas tarefas. Era proibida de firmar contratos e gerenciar pessoas (demitir ou admitir).</p> <p>Ou seja, teria permanecido nas exatas condições anteriores ao pedido de demissão.</p> <p>Tinha suas atividades fiscalizadas por um superior hierárquico.</p> <p>Foi demitida em estado gravídico.</p>	



Recebia R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no contracheque e R\$ 8.000,00 (oito mil) pagos “por fora” através de recibo simples sob a alcunha de “prêmio produtividade”.

Com a rescisão do contrato de trabalho em novembro de 2015 a cliente não recebeu nenhuma verba rescisória, ante a ausência de vínculo formal.

Também não recebeu 13º e férias (+ 1/3 constitucional)

Alega a existência de um grupo econômico entre as duas empresas para as quais trabalhou.

Atualmente se encontra desempregada e solicita uma solução rápida para o seu problema.

Elabore a Reclamação trabalhista levando em consideração todos os fatores acima descritos e os documentos anexados, levando, ainda, em consideração a necessidade de uma decisão rápida, pois se encontra desempregada, não recebeu verbas rescisórias e está grávida.

Orientações Gerais

Cada grupo, a partir dos elementos fático-probatórios fornecidos nos anexos, deve elaborar a peça supracitada. É vedada a criação de dados que não encontrem lastro nos autos/documentos fornecidos, o que poderá levar à inadequação do trabalho.

Por uma questão de sustentabilidade e para a redução de custos, imprimir os anexos é opcional.

O grupo deve entregar uma via do trabalho em papel, na Secretaria do NPJ, antes do prazo final. A entrega antecipada possibilita que o Orientador aponte os pontos que precisam ser revistos antes da avaliação do trabalho.

Obrigatoriamente deve ser entregue, conjuntamente com cada peça, o “Protocolo de Entrega de Atividade”, devidamente preenchido.

A cada entrega o Orientador emitirá um parecer. Será considerado adequado o trabalho com 60% (sessenta por cento) ou mais de correspondência ao padrão esperado. A critério do



CESUC
Curso de Direito
Núcleo de Prática Jurídica

Orientador, as inadequações poderão receber prazo para as retificações apontadas.